



CIDADÃOS DE SEGUNDA

Há seis anos que assistimos a um dos mais vergonhosos episódios de desrespeito pelo interesse público e pelos cidadãos da Terra de Miranda, de Trás-os-Montes e de Portugal.

O que está em causa não são apenas os 335 milhões de euros de impostos associados ao negócio das barragens. Está em causa a dignidade do Estado, a igualdade perante a lei e o respeito devido aos portugueses.

O comportamento dos responsáveis políticos e dos altos dirigentes da Administração Pública envolvidos neste processo é absolutamente vergonhoso. Deveriam sentir vergonha do que fizeram e, sobretudo, do que deixaram por fazer.

Durante seis anos, este Movimento denunciou, alertou e apresentou argumentos e provas. Quatro governos e sucessivos responsáveis da Administração Pública ignoraram os nossos alertas, recusaram reconhecer o que a lei determina e permitiram que o interesse público fosse sistematicamente secundarizado.

Mesmo quando foram obrigados a avançar com a liquidação do IMI das barragens, persistiram erros graves e deixaram-se caducar anos de receita fiscal, apesar dos nossos sucessivos avisos.

E nem a quantificação concreta e fundamentada, pela Procuradoria-Geral da República, dos 338 milhões de euros de impostos devidos pelo negócio das barragens, parece ter sido suficiente para assegurar uma resolução célere, transparente e definitiva.

Como é possível que seja necessário lutar durante seis anos para que o Estado se disponha a cobrar impostos que a lei determina? Que Estado é este? A quem serve?

As declarações do Primeiro-Ministro Luís Montenegro e do Ministro das Finanças, colocando em causa a clareza da legislação aplicável, são particularmente graves. São em tudo idênticas às posições assumidas pelo antigo Ministro Matos Fernandes e pelo então Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que sustentaram não serem devidos impostos.

Mudaram os governos, mudaram os responsáveis, mas o resultado foi, durante demasiado tempo, o mesmo: os interesses das populações ficaram para trás, enquanto os interesses da EDP e das concessionárias foram objetivamente favorecidos pela demora e pela falta de decisão.

E onde estiveram os órgãos de fiscalização, auditoria e escrutínio do Estado? Que responsabilidades foram apuradas? Que consequências tiveram os erros, as omissões e os atrasos?

É inaceitável que, perante factos desta gravidade, não sejam conhecidas respostas claras nem consequências para os responsáveis.

O que este processo revela é um Estado central distante, opaco, incapaz de tratar todos os cidadãos com a dignidade e o respeito que lhes são devidos.

E não estamos perante um caso isolado. Há décadas que o incumprimento dos objetivos constitucionais de coesão territorial e a ausência de uma verdadeira reforma da estrutura fundiária contribuem para a fragilização económica, a perda de oportunidades e o despovoamento da nossa terra.

Para os sucessivos governos, os mirandeses, mas não apenas, parecem continuar a ser portugueses de segunda. Cidadãos a quem se exigem todos os deveres, mas a quem não se reconhecem, na prática, os mesmos direitos.

Não aceitamos esta discriminação. Não aceitamos a impunidade. Não aceitamos que o silêncio e o passar do tempo substituam a aplicação da lei.

Exigimos a cobrança integral dos impostos legalmente devidos, a clarificação pública da situação fiscal do negócio das barragens, o apuramento dos valores de IMI eventualmente perdidos por caducidade e a responsabilização de quem permitiu que este processo se arrastasse durante seis anos.

Apelamos aos cidadãos para que permaneçam atentos, informados e exigentes. E apelamos aos nossos autarcas para que defendam, sem hesitações nem subserviências, os direitos e os interesses das populações que representam.

Aos responsáveis políticos que nos trataram com este desprezo, dizemos claramente: deveriam ter vergonha. O exercício de funções públicas exige competência, integridade, coragem e respeito pelos cidadãos. Quem falha reiteradamente nestes deveres deve assumir responsabilidades.

A Terra de Miranda, os seus cidadãos e os portugueses não pedem favores. Exigem justiça, respeito e o cumprimento da lei.

Não somos cidadãos de segunda. E não nos calaremos.

Movimento Cultural da Terra de Miranda

26 de outubro de 2026